

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.660 - SP (2019/0297917-4)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : **U T C ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES - SP098709**
MARCELO ALVES MUNIZ - SP293743
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E**
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : **JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA - ES**
INTERES. : **KRISTIELY AGUIAR VASCONCELOS**
REPR. POR : **KRICIANE FERREIRA DE AGUIAR**
ADVOGADOS : **ÍTALO SCARAMUSSA LUZ - ES009173**
ISAAC PANDOLFI - ES010550
BRENO BONELLA SCARAMUSSA - ES012558

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência suscitado por UTC Engenharia S.A. – em recuperação judicial, em face do Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP e do Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Vitória/ES.

Afirma a suscitante ter sido deferido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, em 17.8.2017, pedido de recuperação judicial da empresa e demais pertencentes aos mesmo grupo econômico, sendo o plano de recuperação judicial aprovado em 1º.8.2018 e homologado pelo Juízo da recuperação.

Alega que, "apesar do regular processamento da recuperação judicial, a Suscitante tem sofrido incontáveis entraves ao exercício de suas atividades, o que vai contra o objetivo do favor legal, na medida em que algumas ações constritivas impossibilitam a utilização dos recursos da Suscitante para fazer frente às despesas necessárias ao soerguimento da empresa, que está em fase de cumprimento do PRJ", a exemplo do que ocorre na "Reclamação Trabalhista nº 0027500-84.2010.5.17.0004 e da Execução Provisória em Autos Suplementares de nº 0027501- 69.2010.5.17.0004, movidas por KRICIANE FERREIRA DE AGUIAR, que tramitam perante o D. JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE VITORIA/ES (JUÍZO SUSCITADO), embora o crédito esteja sujeito à recuperação judicial, foi determinado, na execução provisória, em atitude completamente ilegal, O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

TRABALHISTA, que está na iminência de gerar uma penhora nas contas da UTC ENGENHARIA S/A para quitação do valor da condenação, (doc.08), quando tal crédito deverá ser pago observando-se o plano de recuperação judicial devidamente aprovado, do qual tal crédito não está excepcionado".

Ressalta que o crédito trabalhista está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, "uma vez que a Reclamação Trabalhista foi proposta em 15/03/2010, ou seja, muito antes da propositura da recuperação judicial, que ocorreu em 17/07/2017, sendo certo que eventual constrição atingirá indevidamente os ativos patrimoniais da Suscitante, o que não se pode admitir conforme entendimento pacífico desse Superior Tribunal de Justiça".

Sustenta que, com o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial pelo Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, tornou-se ele competente para o processamento de todas as ações ou reclamações de interesse da empresa, conforme disposto na Lei n. 11.101/05 e já decidido em diversas ocasiões por esta Corte.

Pede a concessão de liminar que determine a suspensão do processamento da execução trabalhista referente ao processo objeto dos autos, evitando-se, assim, efetivação de bloqueio de valores da suscitante.

Assim postos os fatos, verifico que a questão discutida nos autos já foi, reiteradamente, decidida por esta Corte, que entendeu que, "com a edição da Lei 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais (...)", (CC 110941/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, DJe 1º/10/2010).

Tal entendimento tem como finalidade dar efetividade aos princípios norteadores do instituto da recuperação judicial, notadamente ao disposto no art. 47 da Lei nº 11.101/05, segundo o qual "a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à

atividade econômica".

Desse modo, são, pois, incompatíveis com a recuperação judicial os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência da empresa devedora, ainda mais, como no presente caso, em que foi concedida a recuperação judicial (e-STJ fls. 188/193).

Nesse sentido são, dentre outros, os seguintes acórdãos:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.

2. O Juízo universal é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução, ainda que o crédito seja anterior ao deferimento da recuperação judicial, devendo, portanto, se submeter ao plano, sob pena de inviabilizar a recuperação. Precedentes do STJ.

3. Competência do Juízo de Direito da 1.^a Vara Cível de Santa Helena de Goiás/GO, para o prosseguimentos de execuções trabalhistas.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 148.536/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/03/2017, DJe 15/03/2017)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação judicial, é do Juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa.

2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa

Superior Tribunal de Justiça

o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 144.592/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 03/11/2016)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES TRABALHISTAS. ATRATIVIDADE. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

A manutenção de execuções trabalhistas individuais, aplicando-se isoladamente o disposto no art. 6º, §5º, da LF n. 11.101/05, afrontaria os princípios reitores da recuperação judicial.

Prevalência do princípio da preservação da empresa (art 47). Competência do juízo universal.

.....
.....

(CC 111074/DF, rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Segunda Seção, DJe de 04/10/2010)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/05. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1. Com a edição da Lei n. 11.101, de 2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

2. Se, de um lado, há de se respeitar a exclusiva competência da Justiça laboral para solucionar questões atinentes à relação do trabalho (art. 114 da CF); por outro, não se pode perder de vista que, após a apuração do montante devido ao reclamante, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, ex vi dos princípios e normas legais que regem o plano de reorganização

Superior Tribunal de Justiça

da empresa recuperanda.

3. A Segunda Seção do STJ tem entendimento jurisprudencial firmado no sentido de que, no estágio de recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/05.

4. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 110287/SP, rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Segunda Seção, DJe de 29/03/2010)

No presente caso está comprovado que a empresa suscitante teve seu pedido de recuperação judicial deferido no dia 17.8.2017 pelo Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP (fls. 36/46), e que o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, em 9.8.2019, determinou o prosseguimento da execução trabalhista referida nos autos, inclusive com a constrição de valores pertencentes à suscitantes via Bancen jud.

Em face do exposto, defiro a liminar, determinando o sobrestamento dos atos constritivos contra as empresas suscitantes, oriundos da reclamação trabalhista relacionada nos autos, em trâmite perante o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, designando, conforme disposto no art. 955 do Código de Processo Civil, o Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Os valores bloqueados/penhorados deverão ser colocados à disposição do Juízo da recuperação que decidirá sobre a liberação deles.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão aos Juízos suscitados, a quem devem ser solicitadas informações (art. 954 do Código de Processo Civil).

Em seguida, após recebidas as respostas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora